

UMA PROPOSTA PARA O TRATAMENTO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO TEMPORAIS NO MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO

Gustavo Ximenes CUNHA¹

RESUMO: Este trabalho propõe uma revisão da forma como o Modelo de Análise Modular do Discurso estuda as relações de discurso temporais. Para isso, apontamos os problemas subjacentes à definição da categoria com que o modelo estuda as relações temporais, a categoria genérica de sucessão. Essa categoria é problemática, porque (a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas; (b) reforça a ideia de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão; (c) não permite o tratamento de outras relações temporais; (d) impede a percepção de que as sequências discursivas podem apresentar essas outras relações temporais. Após a discussão de cada um desses problemas, apresentamos uma proposta que, na tentativa de contorná-los, substitui a categoria de sucessão pela categoria de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de discurso temporais. Forma de organização relacional. Modularidade.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta para o estudo das relações de discurso temporais. Mais especificamente, ele propõe uma revisão da forma como um modelo da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso, realiza esse estudo, a fim de problematizar alguns de seus postulados. Para isso, apresentamos inicialmente a maneira como esse modelo estuda as relações de discurso de modo geral, no interior da forma de organização relacional. Em seguida, focalizando apenas a categoria com

¹ Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (Poslin), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte – MG, Brasil. *email:* ximeneskunha@yahoo.com.br

que o modelo estuda a relação cronológica entre acontecimentos, a categoria genérica de sucessão, argumentamos que essa categoria é problemática para o tratamento das relações temporais, tendo em vista quatro implicações a ela subjacentes. Após uma discussão sobre cada uma dessas implicações, será apresentada uma proposta para um tratamento mais adequado das relações de discurso temporais no interior do próprio modelo modular.

A forma de organização relacional

Em sua versão atual (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007), o Modelo de Análise Modular do Discurso constitui um instrumento de análise que integra e articula, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso. Nesse sentido, esse é um modelo global e abrangente de compreensão da complexidade discursiva.

Conforme a metodologia adotada pelo modelo modular, identificam-se, inicialmente, os módulos que entram na composição do discurso.² Posteriormente, procura-se mostrar como as informações resultantes do estudo dos módulos se combinam em formas de organização do discurso.³

No modelo, o estudo das relações de discurso se faz na forma de organização relacional. Nessa forma de organização, as informações do módulo hierárquico, que define as categorias e as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todo tipo de texto, dialogal ou monologal, oral ou escrito, são combinadas com informações dos módulos lexical, sintático e referencial. O estudo dessa forma de organização se realiza em duas etapas. Na primeira, identificam-se as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória dis-

² Nessa abordagem, cada dimensão do discurso é constituída de módulos. Assim, a dimensão linguística se constitui dos módulos lexical e sintático; a dimensão textual se constitui do módulo hierárquico; e a dimensão situacional se constitui dos módulos interacional e referencial.

³ No modelo modular, distinguem-se dois tipos de formas de organização: as elementares e as complexas. As formas de organização elementares (fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial e operacional) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos. Já as formas de organização complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e das formas de organização elementares e/ou complexas.

cursiva.⁴ Na segunda etapa, determina-se a relação específica entre um constituinte em particular e uma informação da memória discursiva.

Na primeira etapa, a identificação das relações ilocucionárias e interativas genéricas se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal. Ao se utilizar dessas categorias, o modelo evita estabelecer *a priori* uma quantidade excessiva das relações específicas que podem ser encontradas em um discurso (ROULET, 2002, 2003). Além disso, com essas categorias de relações genéricas, é possível extrair o que Roulet (2002) chama de “o perfil relacional de um discurso”, em que se evidenciam as relações dominantes de sua organização. A noção de argumento, por exemplo, é utilizada como categoria genérica para recobrir uma classe de relações interativas como “causa (deliberada ou não deliberada), explicação, justificacão, motivação, consequência, objetivo, resultado, condição, restrição, argumento suplementar, argumento decisivo, etc.” (ROULET, 2003, p. 157).

Na forma de organização relacional, as relações ilocucionárias caracterizam as intervenções que constituem as trocas. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas, dependendo do lugar em que ocorre a intervenção na estrutura hierárquica.⁵ Distinguem-se três categorias genéricas de relações ilocucionárias iniciativas (interrogação, pedido e informação) e duas categorias genéricas de relações ilocucionárias reativas (resposta e ratificação) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; CUNHA, 2012).

As relações interativas, por sua vez, caracterizam os constituintes das intervenções. Distinguem-se oito categorias genéricas de relações interativas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação. O estabelecimento das categorias genéricas de relações interativas se justifica pelo fato de que o agente, para alcançar seus objetivos comunicativos, pode produzir intervenções complexas. Na produção dessas intervenções, ele pode introduzir argumentos para reforçar um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, comentar partes de seu texto, reformular ideias, tornando-as mais claras

⁴ A memória discursiva é definida como “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONNER, 1983, p. 230).

⁵ “A primeira intervenção de uma troca é ligada à segunda por uma relação ilocucionária iniciativa; a última intervenção de uma troca é ligada à precedente por uma relação ilocucionária reativa; e cada intervenção intermediária é ligada à precedente por uma relação ilocucionária reativa e à próxima por uma relação ilocucionária iniciativa” (ROULET, 2006, p. 120).

para seu ouvinte/leitor, enumerar os sucessivos eventos de uma narração, etc. (ROULET, 2006).

As categorias de relações genéricas podem ser explicitadas por marcadores linguísticos, como os conectores e as construções sintáticas. Assim, a relação interativa de contra-argumento pode ser marcada por conectores, como *mas*, *porém*, *embora*, etc. Da mesma forma, a relação ilocucionária de pedido pode ser marcada por uma construção sintática imperativa.

Como foi dito, o estudo das relações de discurso genéricas constitui a primeira etapa da análise da forma de organização relacional. Aprofundando esse estudo, a segunda etapa descreve as relações ilocucionárias e interativas específicas entre um constituinte textual e uma informação da memória discursiva. Essa descrição é importante, porque permite estudar as especificidades, por exemplo, das relações de argumento que são marcadas por conectores e daquelas que não apresentam nenhuma marcação linguística, bem como de uma relação de argumento marcada por *porque* e de relações marcadas por *pois*, *portanto*, *aliás*, etc. (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Na análise relacional, o estudo das especificidades de cada relação discursiva é feito com a aplicação de um cálculo inferencial, que se baseia nas propriedades linguísticas, hierárquicas e referenciais dos constituintes do texto. Para realizar esse cálculo, formulam-se premissas com base nas informações linguísticas dos constituintes textuais. Nessas premissas, as informações linguísticas são enriquecidas pelos referentes que saturam pronomes, expressões nominais e desinências verbais. Esses referentes se constituem de elementos dêiticos de pessoa, espaço e tempo ou de objetos de discurso previamente mobilizados no discurso. Caso a relação seja marcada por conector, formula-se, em seguida, outra premissa a partir da instrução (gramatical e pragmática) desse conector. Finalmente, com base nessas premissas, chega-se à conclusão ou interpretação final sobre a relação específica considerada (MARINHO, 2002; ROULET, 2003).

No próximo item, vamos discutir a noção de categoria genérica de sucessão, a fim de verificar os problemas que essa noção traz para o estudo das relações de discurso temporais. Após essa discussão, será possível propor, em seguida, outra forma de se analisarem as relações de discurso temporais na forma de organização relacional.

A categoria genérica de sucessão

Na forma de organização relacional, a categoria genérica que trata das relações temporais, que é a de sucessão, é definida da seguinte forma: “**sucessão** (que recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração; marcada por *depois, em seguida, etc.*)” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 172). Conforme Roulet (2006, p. 372), essa categoria se verifica quando o produtor de um texto “tem que ligar os sucessivos eventos de uma narração pela relação interativa genérica de *sucessão*”.

Como se observa, a definição que o modelo modular propõe para essa categoria correlaciona fortemente a categoria genérica de sucessão e a narração. Essa correlação é bastante problemática por, pelo menos, quatro motivos. Essa categoria:

- a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas, impedindo o estudo das relações de sucessão verificáveis em outros tipos de discurso (descrição, deliberação).
- b) reforça a ideia, procedente da tradição de estudos narrativos originada em Labov, de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão. Ou seja, sem sucessão cronológica de acontecimentos não há narração.
- c) não permite o tratamento de outras relações temporais, já que a categoria de sucessão “recobre *somente* as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”.
- d) como decorrência de (c), impede a percepção de que as sequências discursivas (narrativas, descritivas e deliberativas) também podem apresentar essas outras relações temporais.

Na continuação deste item, trazemos argumentos para defender que essas quatro implicações, subjacentes à definição da categoria genérica de sucessão, não se sustentam.

a) Só existem relações de sucessão em sequências narrativas

Se, como propõe o modelo modular, a categoria de sucessão “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, infere-se que só existem relações de sucessão em sequências narrativas. Mas, para mostrar que as relações de sucessão cronológica entre acontecimentos

não ocorrem apenas em sequências narrativas, é suficiente analisar qualquer exemplar do gênero receita culinária. Após os trabalhos de Adam (1992, 1999), é relativamente consensual a hipótese de que os exemplares desse gênero são formados por sequências descritivas. Sem entrar nos detalhes da definição dada por Adam para a descrição, defende o autor que o objeto da descrição nas receitas é o alimento a ser preparado. Vejamos a receita abaixo:

Bolinhas de queijo

- 200g de queijo prato moído ou ralado
- 200g de queijo parmesão ralado
- 2 ou 3 claras batidas em neve
- 2 colheres (sopa) cheias de farinha de trigo
- Óleo para fritura

1 Coloque em uma tigela os queijos e a farinha de trigo. Misture para incorporar e adicione as claras batidas em neve.

2 Unte as mãos com um pouco de óleo e faça bolinhas com a massa.

3 Aqueça abundante óleo em uma panela e doure as bolinhas de queijo. Escorra em papel absorvente. Sirva quente.

BENTA, Dona. *Dona Benta: comer bem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 65.

Nesse texto, a seção relativa ao modo de preparo das bolinhas de queijo apresenta uma série de ações cronologicamente ordenadas. A ordenação ou sucessão cronológica dessas ações se faz sentir pela impossibilidade de se inverterem os passos 1, 2 e 3 ou mesmo os atos que formam cada passo. Por exemplo, no passo 2, quem se dispuser a fazer a receita deve, primeiro, untar as mãos e, só depois, fazer bolinhas com a massa. Da mesma forma, para fritar (dourar) as bolinhas de queijo, como orienta o passo 3, é preciso, primeiro, fazer a massa, como instruem os passos 1 e 2.

Também é possível atestar as relações de sucessão entre as ações do modo de preparo por meio da inserção de conectores, como “depois” ou “em seguida”:

- (01) 3 Aqueça abundante óleo em uma panela e [*em seguida*] doure as bolinhas de queijo. [*Depois*] Escorra em papel absorvente. [*Em seguida*] Sirva quente.

Embora as relações entre as ações do modo de preparo dessa receita sejam claramente temporais, elas não ocorrem em uma sequência narrativa e sim em uma sequência descritiva. Porém, considerando a definição da categoria de sucessão dada pelo modelo modular, que trata somente dos acontecimentos de uma narração, não seria possível dizer que essas ações se ligam por relações de sucessão.

b) Sem sucessão cronológica de acontecimentos não há narração

Ao definir a categoria genérica de sucessão postulando que ela “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, o modelo correlaciona fortemente a relação de sucessão (ou uma sequência cronológica de acontecimentos) e a narração, o que evidencia uma ancoragem dessa categoria na tradição laboviana dos estudos da narrativa, que, assim como a definição proposta, estabelece essa correlação (REINHART, 1984).

Segundo Labov (1972, p. 359-360), a narração por ele estudada “é um método de recapitular a experiência passada, combinando uma sequência verbal de orações na ordem em que os eventos ocorreram”. Mais especificamente, a narração para Labov “é uma sequência de duas orações temporalmente ordenadas”. Ainda que Labov reconheça a existência de outras formas de narrar, muitos linguistas tomaram a definição desse autor como uma definição para a narração de modo geral, como se uma sequência narrativa não pudesse apresentar outras formas de localizar temporalmente os acontecimentos. Essa definição, que associa de modo rígido narração e sequência cronológica de acontecimentos, é a adotada, por exemplo, por Moeschler (1996, p. 302), que oferece uma definição extremamente redutora de narração. Para ele, “uma narração é uma sequência de frases narrativas, cuja propriedade é o paralelismo entre a ordem do discurso e a ordem dos acontecimentos”.

Porém, narração não implica necessariamente acontecimentos ligados por relações de sucessão ou mesmo relações temporais de qualquer tipo. Isso significa que é perfeitamente possível haver sequências narrativas cujos acontecimentos não se ligam por nenhuma relação de sucessão. É o que mostra a sequência narrativa abaixo. Essa sequência, retirada de uma reportagem, trata dos estragos causados pelas chuvas em dezembro de 2009.⁶

⁶ Todos os exemplos extraídos de reportagens utilizados ao longo deste artigo fazem parte do corpus da pesquisa apresentada em Cunha (2013). As reportagens foram publicadas em janeiro de 2010 nas revistas *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época*.

(02) **(Sumário)** (01) No litoral paulista, (02) os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores. (03) Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado. **(Complicação)** (04) Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo (05) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. (06) A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações. **(Resolução)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho (09) para não ser incomodados. **(Avaliação)** (10) “Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, (13) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. (“A culpa não é só da natureza”. *Carta Capital*. 13/01/2010.)

Essa sequência pertence ao tipo narrativo, porque representa um mundo distinto (ou disjunto, como propõe Bronckart (2007)) daquele da interação entre autor e leitor, mundo que, além disso, se estrutura de forma definida em episódios componentes desse tipo (ADAM, 1992; FILLIETTAZ, 1999). Assim, o sumário (atos 01-03) anuncia que a sequência vai tratar de “evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado”. Na complicação (atos 04-06), são apresentadas essas “evidências”. Formada pelos atos (07-09), a resolução mostra como os problemas apresentados foram tratados por policiais. Na parte final da sequência, a avaliação (atos 10-13) traz a declaração de “um desinteressado oficial responsável pelo atendimento”.

Embora seja uma sequência narrativa, esse segmento não apresenta nenhum constituinte textual ligado a informações da memória discursiva por relações de sucessão ou por qualquer outra relação temporal. Nessa sequência, seus constituintes se ligam por relações de argumento (arg), preparação (prep), topicalização (top), comentário (com) e contra-argumento (c-a), como mostra a sua estrutura hierárquico-relacional.⁷

⁷ Essa estrutura constitui o resultado da análise da forma de organização relacional. Combinando informações dos módulos hierárquico, referencial, lexical e sintático, essa estrutura mostra como o

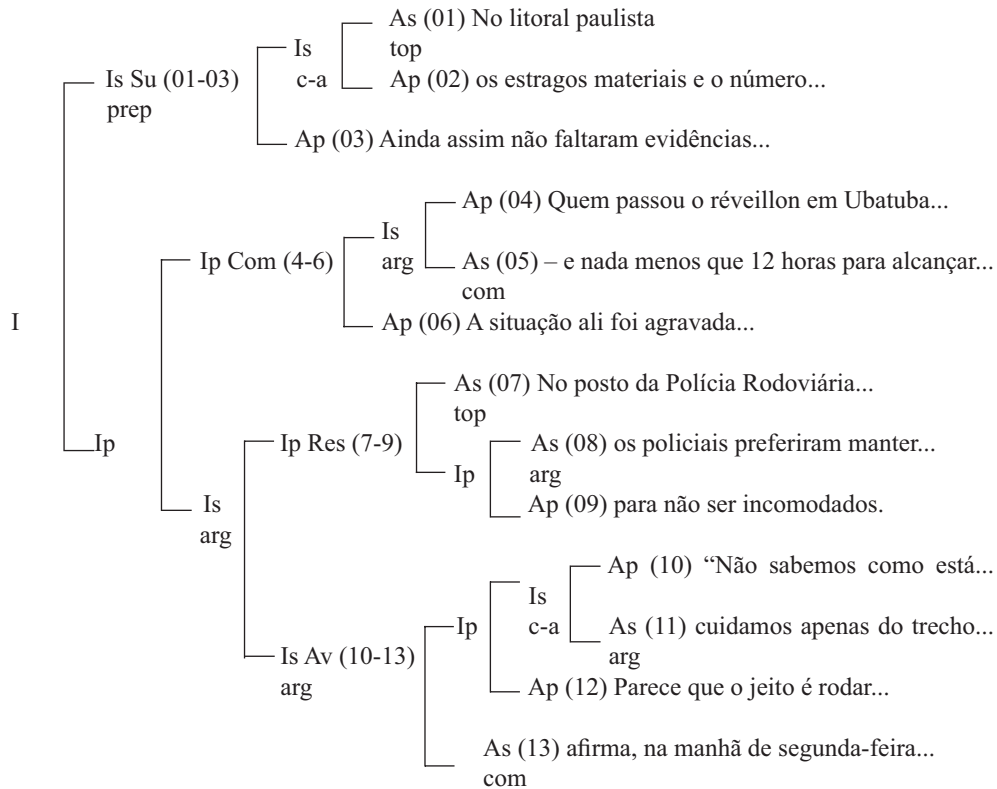


Figura 1: Estrutura hierárquico-relacional 1

Nessa sequência, a Is (01-03), em que se ancora o sumário, se liga ao restante da sequência por uma relação de preparação. Nessa intervenção, o jornalista expõe que “No litoral paulista, os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores” do que os ocorridos em outros locais (atos 01-03), mas, mostrando-se insatisfeito com a situação nesse litoral, contra-argumenta, acusando o poder público de ter sido negligente em relação ao estado de estradas e serviços públicos (ato 03). Na Ip (04-13), os atos (04-06), que verbalizam a complicação, apresentam os problemas enfrentados por motoristas e se articulam por meio de relações de argumento e comentário. A Is

locutor, no processo de negociação que instaura com o interlocutor, articula os constituintes de um texto (intervensões (I) e atos (A)) por meio de relações de discurso, constituintes que podem ser principais (p) ou subordinados (s) uns em relação aos outros (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO, 2002; CUNHA, 2012).

(07-13) funciona como argumento para o que foi dito na Ip (04-06), porque vai explicar por que a situação das rodovias foi agravada pela interdição de rodovias e pela falta de informações. Nessa Is (07-13), o jornalista acusa o comportamento negligente de policiais que “preferiram manter os telefones fora do gancho para não ser incomodados”. Essa acusação é feita na Ip (07-09), que traz a resolução. Para sustentar essa acusação, o jornalista apresenta em discurso direto, na Is (10-13), a declaração de um dos policiais. Nessa intervenção, que verbaliza a avaliação, as informações se articulam por meio de relações de argumento, contra-argumento e comentário.

Com a análise da estrutura hierárquico-relacional dessa sequência, verifica-se que, assim como pode haver descrição com relações temporais ou de sucessão (item a), pode haver narração sem essa categoria de relações. Essa sequência contrária, assim, a definição clássica da narrativa laboviana, cuja influência é perceptível na definição da categoria de sucessão proposta pelo modelo modular. Isso porque a sequência analisada mostra ser inadequada a hipótese de que a presença de relações temporais ou cronológicas entre acontecimentos é uma condição necessária para a existência de uma sequência narrativa.

c) O tratamento de outras relações temporais

Se a categoria genérica de sucessão, no modelo modular, trata somente das relações consecutivas entre os acontecimentos, como tratar das outras relações temporais, já descritas em outras abordagens? Afinal, as relações temporais não se limitam apenas às que ligam de forma cronológica um acontecimento ao acontecimento seguinte.

Há algumas décadas, linguistas pertencentes a diferentes perspectivas teóricas têm se ocupado em definir as relações temporais verificáveis entre os constituintes do texto. É assim que Halliday e Hasan (1976) enumeram as seguintes relações de tempo: sequencial, simultaneidade, evento prévio (precedência), conclusão,⁸ correlação.

Na continuação dos trabalhos de Halliday e Hasan, Koch (2009) propõe para o português as relações de tempo simultâneo, tempo anterior/tempo posterior e tempo contínuo ou progressivo. Essa mesma taxonomia foi retomada recentemente por Castilho (2010).

⁸ Na proposta de Halliday e Hasan (1976), essa relação não se refere à relação de causa e consequência/conclusão, mas indica o fim de algum processo ou série de processos.

Na perspectiva funcionalista, Neves (2000) propõe relações temporais que, em alguma medida, recobrem as relações propostas pelos autores citados. Para Neves, as relações temporais são de simultaneidade ou de não simultaneidade. As relações de simultaneidade podem ser marcadas por *sempre que*, *enquanto*, *cada vez que*, *todas as vezes que*, etc. Já as relações de não simultaneidade recobrem as de posterioridade e de anterioridade e podem ser marcadas por *quando*, *depois que*, *logo que*, *mal*, *apenas*, etc.

Nos estudos que focalizam as relações temporais em narrativas, Moeschler (1996) observa que frases narrativas podem se ligar pelos seguintes subtipos de relações temporais: sucessão, inclusão, simultaneidade, indeterminação. Em um corpus formado por narrativas de experiência pessoal extraídas do gênero entrevista sociolinguística, Bres (2009) encontra as relações temporais de narração, simultaneidade, regressão e inclusão. Em trabalho sobre o conector *quando* empregado em sequências narrativas de reportagens, Cunha e Marinho (2012) verificam que esse conector é polifuncional, porque pode marcar diferentes relações, dentre as quais as relações temporais de sucessão e de regressão.

Apesar das diferenças de perspectivas teóricas entre os autores citados, é possível perceber que alguns tipos de relações temporais vão aparecer em todas as abordagens. É o caso da relação em que um acontecimento verbalizado no primeiro constituinte textual antecede cronologicamente o acontecimento verbalizado no segundo constituinte. Essa relação recebe diferentes denominações: sucessão (MOESCHLER, 1996), tempo posterior (KOCH, 2009; CASTILHO, 2010), sequencial (HALLIDAY; HASAN, 1976), posterioridade (NEVES, 2000), narração (BRES, 2009).⁹

Essas abordagens se aproximam ainda por reconhecerem a relação por meio da qual os acontecimentos são apresentados no discurso em uma ordem inversa à que supostamente teriam ocorrido. Por meio dessa relação, o primeiro constituinte textual expressa o segundo acontecimento, ao passo que o segundo constituinte expressa o primeiro acontecimento. É o que mostra o exemplo abaixo, extraído de Castilho (2010, p. 379):

⁹ Como a perspectiva laboviana, que associa narração e relação de sucessão, teve e tem grande impacto nos estudos da narrativa, algumas abordagens, como a de Bres e outras (RST (MANN; THOMPSON, 1986) e SDRT (ASHER; VIEU, 2005)), intitularam a relação de sucessão com o nome do tipo (narração) em que essa relação pode ocorrer. Esse “título” é problemático, porque contribui para reforçar a ideia, já criticada anteriormente, de que a narração se caracteriza por apresentar relações de sucessão ou, como propôs Labov (1972), ao menos uma juntura temporal.

(03) Quando você chegou eu já tinha comido toda a sobremesa.

No mundo representado, primeiro o locutor comeu toda a sobremesa; depois o interlocutor chegou. Mas, no trecho, esses acontecimentos são apresentados na ordem inversa. Essa relação é chamada de tempo anterior (Koch e Castilho), regressão (Bres, Cunha e Marinho), evento prévio (Halliday e Hasan) e anterioridade (Neves).

Dos autores citados, apenas Moeschler não trata dessa relação. Para ele, quando dois acontecimentos são apresentados na ordem contrária à que supostamente ocorreram, a relação deixa de ser de sucessão para ser de explicação e pode ser marcada por um conector causal (*porque*). Os exemplos dados por Moeschler (1996, p. 307) são:

(04) Paulo empurrou Max. Ele caiu no precipício.

(05) Max caiu no precipício. Paulo o empurrou.

Segundo Moeschler, os enunciados de (04) se ligam por uma relação de sucessão, porque os acontecimentos expressos se sucedem no tempo (Paulo empurrou Max, *depois* Max caiu no precipício). Já os enunciados de (05) se ligam por uma relação de explicação, porque o acontecimento expresso no segundo enunciado é cronologicamente anterior ao primeiro acontecimento e o explica (Max caiu no precipício, *porque* Paulo o empurrou).

Porém, nem sempre a inversão temporal vai apresentar uma natureza causal, como propõe Moeschler. Retomando o exemplo extraído de Castilho, vemos que não há nenhuma relação de explicação entre os acontecimentos. A ação do locutor de comer toda a sobremesa (segundo enunciado) não explica a chegada do interlocutor (primeiro enunciado). Essa observação justifica a presença da relação de anterioridade (regressão ou tempo anterior) no rol das relações temporais.

Com base na apresentação sucinta dessas abordagens, verifica-se que a categoria genérica de sucessão, proposta pelo modelo modular, é problemática para o tratamento das relações temporais específicas, porque considera como sendo genérico ou englobante o que, na verdade, é específico. Em outros termos, as abordagens citadas mostram que a relação de sucessão cronológica entre acontecimentos constitui um tipo específico de relação temporal, assim como as de simultaneidade, anterioridade, inclusão, etc. Mas, como

a categoria genérica de sucessão no modelo modular recobre “somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, não é possível calcular, na etapa de identificação das relações específicas, as relações temporais que não se caracterizam por relações consecutivas entre os acontecimentos, como a de simultaneidade, por exemplo.

d) As sequências discursivas podem apresentar outras relações temporais e não só a de sucessão

Porque, como acabamos de observar, a categoria genérica de sucessão não abrange o conjunto das relações temporais, essa categoria impede, conseqüentemente, a percepção de que essas relações podem estar presentes nas sequências discursivas (narrativas, descritivas e deliberativas). Em outros termos, ela impossibilita o tratamento adequado de sequências particulares, ao impedir o estudo das relações de anterioridade, simultaneidade, progressão que possa haver nessas sequências, relações que não se caracterizam pela sucessão cronológica de acontecimentos. Para mostrar que as sequências podem apresentar outras relações temporais e não apenas a de sucessão, vejamos este exemplo extraído de uma reportagem que trata da remoção de moradores de áreas com risco de enchente:

(06) (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê. (“São Paulo na lama”. *Carta Capital*. 20/01/2010.)

No mundo representado por essa sequência, a remoção das famílias aconteceu primeiro e só depois as casas foram demolidas. Mas, na sequência, esses acontecimentos são apresentados na ordem inversa. Nesse caso, entre os atos (01) e (02), verifica-se não uma relação de sucessão (um acontecimento depois do outro), mas uma relação de anterioridade ou regressão (um acontecimento antes do outro). Vejamos outro exemplo extraído de uma reportagem que trata de desastres naturais:

(07) Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é lento e doloroso. (“Eles não deveriam estar aqui”. *IstoÉ*. 13/01/2010.)

Entre os atos (01) e (02), verifica-se uma concomitância entre os acontecimentos expressos. A ação do poder público e o trabalho dos moradores ocorreram em um mesmo intervalo temporal, o que justifica afirmar que entre esses atos há uma relação de simultaneidade.

O exemplo a seguir é a parte inicial de uma sequência narrativa mais extensa, também extraída de uma reportagem:

- (08) (01) À medida que os dias passaram, (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (“A culpa não é só da natureza”. *Carta Capital*. 13/01/2010.)

Nessa sequência, observa-se que o fato expresso no ato (03) ocorreu de forma progressiva, “à medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro”. A ideia de progressividade ou continuidade é marcada na sequência por diferentes recursos linguísticos, como as expressões conectivas “à medida que” e “desde”, nos atos (01) e (02), respectivamente, e pela expressão “mais e mais”, em (03). Sendo assim, é possível afirmar que entre o ato (03) e a intervenção formada por (01 e 02) há uma relação de tempo progressivo ou de progressão.

A apresentação desses poucos exemplos teve como fim mostrar que os constituintes das sequências discursivas podem se ligar por outros tipos de relações temporais e não apenas pela relação de sucessão. Em outros termos, a forma como o produtor de um texto pode articular temporalmente os acontecimentos do mundo representado em sequências discursivas é muito mais variada, não se restringindo à que dispõe os acontecimentos um depois do outro, segundo a ordem cronológica em que supostamente teriam ocorrido. Entretanto, se considerarmos a definição proposta pelo modelo modular para a categoria genérica de sucessão (que “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”), não é possível perceber e tratar de modo adequado essas outras relações temporais, porque essa definição é restritiva, limitando-se ao estudo das relações entre os acontecimentos que se sucedem um depois do outro.

Uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais

A discussão desenvolvida anteriormente buscou mostrar que a definição da categoria genérica de sucessão, proposta pelo modelo modular, é bastante problemática, porque não permite um tratamento satisfatório das relações temporais presentes nas produções discursivas. Afinal, essa definição traz consigo implicações que não se sustentam, conforme tentamos mostrar com as observações realizadas. Na tentativa de contornar os problemas apontados, apresentamos nesta parte do trabalho uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais, no interior da forma de organização relacional.

Conforme vimos na apresentação dessa forma de organização, uma categoria genérica tem como finalidade recobrir um conjunto de relações específicas que o locutor/autor estabelece, na tentativa de produzir uma intervenção suficientemente completa para o desenvolvimento da troca linguageira. Assim, a categoria genérica de argumento abarca uma classe formada por relações interativas específicas, como causa, explicação, justificação, argumento potencial, etc. (ROULET, 2003).

Nessa mesma perspectiva, é possível entender as relações de sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, inclusão, indeterminação, conclusão (no sentido de Halliday e Hasan), etc. como uma classe de relações interativas específicas recobertas por uma categoria genérica que denominamos “categoria de tempo”. Seguindo parcialmente a definição dada por Koch (2009) para a relação de temporalidade, apresentamos, então, a seguinte definição para a categoria genérica de tempo:

Categoria de tempo: por meio das relações específicas recobertas por essa categoria, o locutor/autor localiza no tempo, relacionando-os uns aos outros, ações, eventos e estados de coisas representados no discurso, dispondo-os na ordem em que deseja que o interlocutor/leitor os compreenda ou na ordem que considera a mais adequada ao seu projeto de dizer.

A proposição de uma categoria genérica de tempo abrangente como essa é importante, porque consegue contornar os problemas inerentes à definição da categoria genérica de sucessão. Assim, a definição dada acima permite o tratamento de todas as relações específicas de tempo, porque as abarca e desvincula as relações temporais e o tipo narrativo, bloqueando as impli-

cações de que só existem relações de sucessão em narrativas e de que sem elas não há narrativas. Com a proposição dessa categoria, evitam-se, assim, confusões entre o estudo das relações de discurso, que, como exposto, se faz na forma de organização relacional, e o estudo dos tipos e sequências discursivas, que, no modelo modular, se faz em outra forma de organização, a sequencial.¹⁰

Além disso, a definição proposta permite estudar uma propriedade da forma de organização relacional de textos pertencentes a alguns gêneros, como as receitas culinárias ou as instruções de montagem de objetos. Esses textos, tendo em vista a seção “modo de preparo/instruções de montagem”, se caracterizam por apresentar um “perfil relacional” temporal, ou seja, apresentam o predomínio de relações temporais. Dessa forma, a categoria genérica de tempo permite distinguir os textos ditos instrucionais, que apresentam um perfil relacional temporal, de textos pertencentes a um gênero como o artigo de opinião, que costumam se caracterizar por um perfil relacional argumentativo.

Feita a análise esquemática possibilitada pelas categorias genéricas de relações de discurso, o estudo da forma de organização relacional pode avançar para o cálculo da relação específica, etapa que, como vimos no item 2, busca extrair as especificidades de uma relação. Assim, no caso das relações temporais, objeto deste estudo, é preciso distinguir a relação de sucessão e a relação de anterioridade, assim como uma relação de simultaneidade marcada por conector e uma sem qualquer tipo de marcação.

Vamos ilustrar essa proposta para o tratamento das relações de discurso temporais por meio da análise de duas relações presentes nesta sequência, que trata da remoção de moradores de áreas com risco de desabamento:

- (09) (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros. (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. (09)

¹⁰ Em linhas gerais, a forma de organização sequencial tem como finalidade definir uma tipologia discursiva (narração, descrição, deliberação) e extrair as sequências discursivas em que os tipos de discurso se atualizam (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; CUNHA, 2009, 2010, 2013).

“Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, (10) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa. (“É possível evitar?”. *Época*. 08/01/2010.)

Nessa sequência, há uma relação de tempo (tem) entre os atos (01) e (02) e outra entre as intervenções formadas pelos atos (01-06) e (07-10), como mostra a macroestrutura abaixo:

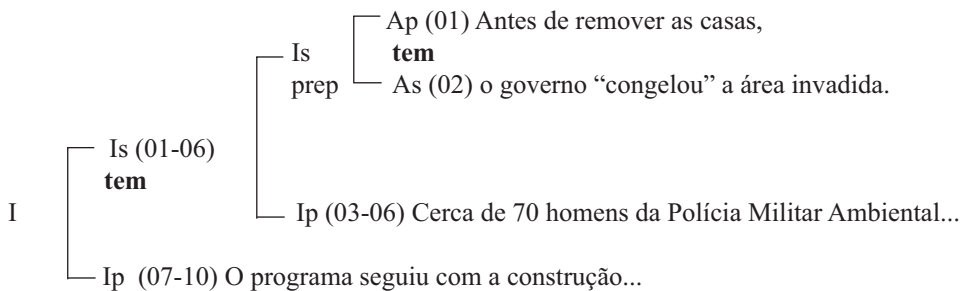


Figura 2: Estrutura hierárquico-relacional 2

Entre (01) e (02), o autor localizou temporalmente um em relação ao outro os acontecimentos “remoção de casas” (01) e ““congelamento’ da área invadida” (02). Da mesma forma, verifica-se uma relação temporal entre o conjunto dos acontecimentos expressos em (01-06), que pode ser resumido como “o processo de desocupação da área invadida”, e o conjunto dos acontecimentos expressos em (07-10), que resumimos como “a construção de novos bairros”.

Embora pertençam à mesma categoria de tempo, essas relações apresentam particularidades que só a determinação da relação específica pode revelar. Como vimos em 2, essa determinação se baseia em um cálculo inferencial realizado a partir da combinação de informações linguísticas, hierárquicas e referenciais.

Apresentamos o cálculo da relação entre (01) e (02) por meio do seguinte quadro:

Quadro 1
Cálculo da relação específica – atos (01) e (02)

| | | |
|------------|--|---|
| Premissa 1 | Informação linguística enriquecida | O jornalista (J) diz ao leitor (L) que o governo removeu as casas de moradores de uma área invadida. |
| Premissa 2 | Informação linguística enriquecida | J diz a L que o governo interditou (“congelou”) a área invadida. |
| Premissa 3 | Informação lexical (instrução do <i>antes de</i>) | Dizemos “antes de x, y” para apresentar y como temporalmente anterior a x. |
| Conclusão | Interpretação | J diz a L que, primeiro, o governo interditou (“congelou”) a área invadida e que, em seguida, removeu as casas dos moradores. |

Examinemos agora a relação específica que liga as intervenções (01-06) e (07-10), relação que não é marcada por nenhum conector.

Quadro 2
Cálculo da relação específica – intervenções (01-06) e (07-10)

| | | |
|------------|------------------------------------|---|
| Premissa 1 | Informação linguística enriquecida | O jornalista (J) diz ao leitor (L) como se deu o processo de interdição da área invadida. |
| Premissa 2 | Informação linguística enriquecida | J diz a L que o governo iniciou a construção de novos bairros para os moradores da área invadida. |
| Premissa 3 | Informação referencial | A construção de novos bairros aconteceu depois da interdição da área invadida. |
| Conclusão | Interpretação | J diz a L que, primeiro, ocorreu o processo de interdição da área invadida e que, depois, o governo iniciou a construção de novos bairros para os moradores dessa área. |

Embora ambas as relações específicas analisadas pertençam à categoria genérica de tempo, elas apresentam especificidades que só o cálculo ilustrado nos quadros pode apreender. Dito de outra forma, a primeira etapa da análise da forma de organização relacional permitiu identificar a presença de relações genéricas de tempo na sequência estudada, mas somente o cálculo efetuado nos quadros acima permitiu identificar de maneira mais precisa as relações específicas. Assim, enquanto a primeira é uma relação de anterioridade, a segunda é uma relação de sucessão.

Como se pode notar, esta proposta para o tratamento das relações temporais mantém o método de análise da forma de organização relacional, a qual se faz em duas etapas: 1^a) estudo das categorias genéricas de relações de discurso, e 2^a) determinação da relação de discurso específica. A contribuição que buscamos oferecer neste trabalho reside, especificamente, na revisão da categoria genérica de sucessão, a qual nesta proposta é substituída pela categoria genérica de tempo.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais no Modelo de Análise Modular do Discurso. Para isso, apontamos os problemas subjacentes à definição proposta pelo modelo para a categoria genérica de sucessão. Vimos que essa categoria é problemática, porque (a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas; (b) reforça a ideia de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão; (c) não permite o tratamento de outras relações temporais; (d) impede a percepção de que as sequências discursivas podem apresentar essas outras relações temporais.

Após a discussão de cada um desses problemas, apresentamos uma proposta que, na tentativa de contorná-los, substitui a categoria genérica de sucessão pela de tempo. A vantagem dessa categoria de tempo está principalmente na sua abrangência. Assim, essa categoria permite o tratamento de todas as relações específicas de tempo (sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, etc.). Ao mesmo tempo, desvincula as relações temporais e o tipo narrativo, impedindo as implicações de que só existem relações de sucessão em narrativas e de que sem elas não há narrativas.

CUNHA, Gustavo Ximenes. A proposal for the treatment of temporal discourse relations in Modular Approach to Discourse Analysis. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 29-49, 2012.

ABSTRACT: *This paper proposes a review of how the Modular Approach to Discourse Analysis studies the temporal discourse relations. We aim to show the underlying problems of the definition of the category which the model uses in the study of temporal relations, the generic category of succession. This category is problematic as (a) it informs that there are only relations of succession in narrative sequences; (b) it reinforces the idea that only the*

succession relationships link the events of a narration; (c) it does not permit the study of other temporal relations; (d) it prevents the perception from other temporal relations that the discursive sequences present. After discussing each of these problems, we present a proposal that replaces the category of succession with the category of time.

KEYWORDS: *temporal discourse relations; relational organization; modularity.*

Referências

ADAM, J. M. **Les textes:** types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

_____. **Linguistique textuelle:** des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

ASHER, N.; VIEU, L. Subordinating and coordinating discourse relations. **Lingua**, v. 115, p. 591-610, 2005.

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, v. 5, p. 215-246, 1983.

BRES, J. Structure de récit oral conversationnel. In: BRES, J. **Approches de l’oral**. Université Paul-Valéry - Montpellier 3, 2009.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem textos e discursos:** por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2007.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, G. X. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K.; RUFINO, J. A.; BAPTISTA, M. R. (Org.). **Espaços, sujeitos e sociedade:** diálogos. Barbacena: EdUEMG, 2009. p. 81-95.

_____. A atuação de sequências do tipo narrativo em um texto jornalístico impresso. **Revista do GEL**, v. 7, p. 202-219, 2010.

_____. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 14, p. 73-97, 2012.

_____. **A construção da narrativa em reportagens**. 2013. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CUNHA, G. X.; MARINHO, J. H. C. O conector *quando* e o encadeamento de episódios da narrativa jornalística. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 54.2, p. 187-203, 2012.

FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux. **Cahiers de linguistique française**, v. 21, p. 261-327, 1999.

FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. **Discourse Studies**, v. 4(3), p. 369-392, 2002.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city: studies in the black english vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-405.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Relational propositions in discourse. **Discourse Processes**, v. 9, p. 57-90, 1986.

MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item "onde"**: uma abordagem modular. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (orgs.) **Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva**. Belo Horizonte: Cefet-MG, 2007.

MOESCHLER, J. Ordre temporel, narration et analyse du discours. **Cahiers de linguistique française**, v. 18, p. 299-328, 1996.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REINHART, T. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative texts. **Linguistics**, v. 22, p. 779-809, 1984.

ROULET, E. De La nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. In: ANDERSEN, H. L.; NØLKE, H (Ed.). **Macro-syntaxe et macro-sémantique**. Bern: P. Lang, 2002. p. 357-381.

_____. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. (Ed.) **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2003. p. 149-178.

_____. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (ed.). **Approaches to discourse particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.